

MENSAGEM Nº 287

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de março de 2025.

Brasília, 10 de Março de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e o curriculum vitae de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 351/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/03/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6524112** e o código CRC **7944CDD5** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001458/2025-32

SEI nº 6524112

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO

CPF.: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1966 Filho de [REDACTED], nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1988	Relações Internacionais pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília/DF
1989	Instituto de Relações Internacionais da Universidade Sophia, Tóquio/Japão, Pesquisador
1992	Tese de mestrado, "United Nations: Japan's quest for autonomy and search for security in an interdependent world"; Mestrado em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Escola de Cultura Comparada da Universidade Sophia, Tóquio/Japão
1994	CPCD - IRBr
2003	CAD - IRBr
2011	CAE - IRBR, "Relações Brasil - Arábia Saudita: Novas Perspectivas"

Cargos:

1995	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário, por merecimento
2008	Conselheiro, por merecimento
2014	Ministro de segunda classe, por merecimento
2023	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1996	Departamento de Europa, assistente
1996-99	Divisão de Europa I, assistente
1997	Embaixada em Oslo, terceiro-secretário e encarregado de negócios em missão transitória
1999-2000	Governo do Distrito Federal, assessor internacional chefe do Cerimonial
2000-01	Organização das Nações Unidas, Conselho Consultivo do Timor Leste, Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, Departamento Político, assessor especial
2001-02	Governo do Distrito Federal, assessor internacional e chefe do Cerimonial
2002-05	Embaixada em Paris, segundo-secretário
2005-06	Embaixada em Riade, segundo-secretário, conselheiro comissionado e encarregado de negócios
2006	Embaixada em Amã, Núcleo Iraque, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006	Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006-09	Embaixada em Beirute, primeiro-secretário e conselheiro

2007	Embaixada em Doha, encarregado de negócios em missão transitória
2007	Escritório de Representação em Ramalá, encarregado de negócios em missão transitória
2008	Embaixada em Riade, encarregado de negócios em missão transitória
2008	Consulado-Geral em Beirute, encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2009	Embaixada em Bagdá, Conselheiro em missão transitória
2009-11	Embaixada em Riade, Cconselheiro e encarregado de negócios
2010	Embaixada em Roseau, encarregado de negócios em missão transitória
2011-13	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-geral adjunto
2013-17	Embaixada em Kinshasa, embaixador
2017-18	Presidência da República, assessor internacional
2018-19	Consulado-Geral em Istambul, missão transitória
2019-22	Embaixada em Paris, ministro-conselheiro
2022-	Senado Federal, assessor internacional

Condecorações:

1999	Ordem do Mérito Brasília, Governo do Distrito Federal, Brasil, grã-cruz
1999	Ordem Dannebrog, Dinamarca, cavaleiro
1999	Mérito D. Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Mérito Buriti, Governo do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Ordem do Mérito Cultural, Governo do Distrito Federal, Brasil, comendador
1999	Mérito Fu Shingkan, Taiwan, medalha
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, cavaleiro
2000	Mérito Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, medalha

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

REINO DA ARÁBIA SAUDITA



INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

Fevereiro de 2025

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA MAJESTADE, REI SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD



Nasceu em 1935. É o sexto filho do fundador da Arábia Saudita, Abdulaziz Al Saud, com sua esposa mais influente, Hussa Al Sudairi. Em 1954, foi designado vice-governador da província de Riade. Em 1963, assumiu o governo da província, cargo que ocupou durante 48 anos. Em 2011, foi indicado pelo então Rei Abdullah bin Abdulaziz para chefiar o Ministério da Defesa. Em 2012, foi nomeado príncipe-herdeiro. Assumiu o trono em 2015, aos 79 anos.

SUA ALTEZA REAL, PRÍNCIPE HERDEIRO E PRIMEIRO-MINISTRO MOHAMMED BIN SALMAN AL SAUD (MBS)



Nasceu em 1985. É o filho mais velho do rei Salman com sua terceira esposa. Dedicou-se a atividades filantrópicas até ser nomeado, em 2009, assessor especial de seu pai, quando ainda exercia o governo da província de Riade. Desde 2015, acumula os cargos de ministro da Defesa, presidente do Conselho Econômico de Desenvolvimento e presidente do Conselho de Assuntos Políticos e de Segurança. Em 2017, tornou-se o príncipe-herdeiro. Desde então, tomou a frente na condução das políticas interna, externa e econômica do país. Em setembro de 2022, foi nomeado primeiro-ministro e assim se tornou formalmente chefe de governo.

SUA ALTEZA, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, PRÍNCIPE FAISAL BIN FARHAN AL SAUD



Nasceu em 1974, em Frankfurt. Em 2015, tornou-se assessor do então vice-príncipe-herdeiro Mohammad bin Salman (MBS). Em 2017, com a elevação de MBS à posição de príncipe-herdeiro, assumiu assento na diretoria da recém-criada *holding* de defesa *Saudi Arabian Military Industries* (SAMI). No mesmo ano, tornou-se assessor do embaixador saudita em Washington. Em fevereiro de 2019, foi nomeado embaixador em Berlim, posição que ocupou até assumir o cargo de chanceler, em outubro do mesmo ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os laços diplomáticos entre o Brasil e a Arábia Saudita, estabelecidos em 1968, baseiam-se na amizade e na cooperação, que contribuíram para a construção de relevante parceira.

De parte a parte, verifica-se percepção da natureza estratégica dos vínculos bilaterais, decorrente não só de serem os dois países atores incontornáveis nas respectivas regiões, mas também de possuírem elevado grau de complementaridade entre suas economias.

A Arábia Saudita, além de segundo maior mercado, em 2024, para as exportações brasileiras no Golfo, integra o G20 e compartilha, com o Brasil, posições semelhantes em temas da agenda regional e global. Participa, ainda, como estado convidado, das atividades do BRICS.

Ambos os países apresentaram, nos últimos anos, crescentes níveis de aproximação, com a realização, a partir de 2019, de visitas bilaterais de alto nível e intensificação da agenda econômica, com enfoque na promoção de investimentos recíprocos.

A Arábia Saudita conta com o 5º maior fundo soberano do mundo — o *Public Investment Fund* (PIF) —, que controla US\$ 925 bilhões em ativos. O PIF anunciou, em 2019, a intenção de investir até US\$ 10 bilhões no Brasil.

Em novembro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, em Riade, de encontro com o Príncipe Herdeiro e Primeiro-Ministro, Mohammed bin Salman, e de fórum empresarial, com expressiva participação de empresas brasileiras e sauditas.

Em junho de 2024, visitou Riade, por sua vez, o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a convite do titular do Ministério do Investimento da Arábia Saudita (MISA), Khalid Al-Falih. Participou, na ocasião, de mesa-redonda com o setor financeiro e fundos de investimento de ambos países.

Ainda em 2024, em duas ocasiões, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, esteve na Arábia Saudita: em março, em Jedá, para consultas bilaterais com o Chanceler saudita Faisal bin Farhan e, em setembro, em Riade, para participação na I Reunião Ministerial Brasil-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), quando foi assinado memorando de entendimento sobre diálogo estratégico Brasil-CCG.

Registram-se, também, visitas a Riade dos seguintes ministros: o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, avistou-se, em julho de 2023, com sua contraparte saudita e outras entidades locais; o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, em janeiro de 2025, do evento *Future Minerals Forum*, quando manteve encontros com os ministros sauditas de Energia, príncipe Abdulaziz bin Salman Al Saud, e de Indústria e Recursos Minerais, Bandar Alkhorayef; o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontrou-se, em fevereiro de 2025, na Arábia Saudita, com o titular do MISA, para apresentar oportunidades de investimentos no Brasil.

Também se realizaram, no período 2023-2034, duas missões sauditas ao Brasil. A primeira, liderada pelo titular do MISA e composta por representantes do governo e setor privado do Reino, participou, em julho de 2023, em São Paulo, entre outras atividades, de fórum empresarial Brasil-Arábia Saudita na FIESP. Por sua vez, o Ministro da Indústria e Recursos Minerais saudita, Bandar Alkhorayef, cumpriu, em julho de 2024, extensa programação no Brasil, com encontros no Ministério de Minas e Energia, FIESP, BNDES e Vale, assim como visitas à Embraer, ao Instituto Butantan e às instalações da Vale em Carajás.

No âmbito político-institucional, foi assinado — por ocasião da reunião de Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024 — memorando de entendimento para a criação do Conselho de Coordenação Brasil-Arábia Saudita, com vistas ao estreitamento da cooperação bilateral.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

No campo do comércio, considerando o valor das trocas bilaterais, a Arábia Saudita é o principal parceiro do Brasil no Oriente Médio e Norte da África. Em 2024, o intercâmbio foi de US\$ 6,2 bilhões. Em 2022 e em 2023, esse montante atingiu, respectivamente, US\$ 8,2 bilhões e US\$ 6,7 bilhões. A pauta bilateral apresenta forte nível de complementaridade, com exportações, pelo Brasil, de proteína animal (carne vermelha e de frango) e agrícolas (complexo soja, açúcar, milho e trigo). As importações brasileiras limitaram-se a petróleo bruto, outros produtos petroquímicos ou de origem mineral e fertilizantes.

As exportações de *commodities* agrícolas representam mais de 85% da pauta. O Brasil é o maior fornecedor desses produtos para o Reino, com 11% do mercado, seguido da Índia. Em regra, o saldo da balança comercial foi, nos últimos anos, desfavorável ao Brasil, sobretudo nos momentos de alta nos preços do petróleo, como em 2022, quando o déficit atingiu US\$ 2,4 bilhões. Esse quadro foi agravado em razão do aumento das importações brasileiras de fertilizantes sauditas. Em 2024, registrou-se saldo, favorável ao Brasil, de US\$ 76 milhões.

Há potencial para diversificação da pauta exportadora brasileira para além de *commodities*, com produtos de maior valor agregado, especialmente alimentos industrializados, cosméticos, móveis, materiais para construção, materiais elétricos, outros produtos manufaturados e material de emprego militar. A Arábia Saudita é o 2º maior importador mundial de produtos e serviços de defesa e deverá investir no setor em consonância com os objetivos de expansão da produção local previstos no plano “Visão 2030” de diversificação da economia local.

Estima-se que o estoque de investimentos sauditas no Brasil seja hoje da ordem de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 5 bilhões, concentrado em empresas privadas brasileiras como a Vale, a Minerva, a BRF e a Pátria Investimentos. O ano de 2023 foi recordista em matéria de investimentos sauditas no país, com duas importantes operações: aquisição de 10% da Vale Metais Básicos pela Manara, empresa do fundo soberano saudita PIF (US\$ 2,6 bilhões), e de 11% da BRF (US\$ 340 milhões) pela *Saudi Agriculture and Livestock Investment Company* (SALIC) — braço agropecuário do PIF, que tem ainda uma

participação de 34% (US\$ 450 milhões) na Minerva Foods. A *Saudi Basic Industries Corporation* (SABIC), empresa do setor petroquímico ligada à petroleira Saudi Aramco, detém uma unidade de produção de polímeros e um laboratório de pesquisa em São Paulo; outras duas subsidiárias da Aramco com sede no exterior, a Arlanxeo e a Clariant, possuem conjuntamente US\$ 120 milhões em investimentos no Brasil.

Há também casos de investimentos privados sauditas no Brasil, como é o caso do grupo Abdul Latif Jameel em energia solar no Estado do Ceará (Complexo Fotovoltaico Banabuiu, com capacidade de 300 MW) e da Fal Holdings na produção e exportação de café.

Registrou-se, igualmente, nos últimos três anos, crescente presença de empresas brasileiras com interesse na Arábia Saudita, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelo plano Visão 2030, frequentemente na forma de parcerias ou 'joint ventures' com empresas especializadas do PIF (SALIC e SAMI, por exemplo).

É expressiva a presença de empresas brasileiras no setor de proteína animal na Arábia Saudita, em especial no segmento de processamento de carne de aves. Nesse sentido, merece especial menção a ampliação da atuação, no Reino, dos grupos BRF/Sadia e da JBS/Seara. Este último está concluindo a construção de uma unidade de produção de frango na zona industrial de Jedá; em outubro de 2024, a BRF anunciou a aquisição de 26% (US\$ 84 milhões) da unidade de produção de frango *Addoha Poultry Company*, como parte de uma 'joint venture' com a *Halal Products Development Company*, empresa do PIF; a JBS assinou, em janeiro de 2025, memorando de entendimento com o MISA, que prevê um investimento conjunto de US\$ 2 bilhões para construção de unidade de abate, refrigeração e processamento de produtos cárneos no Reino; e, em fevereiro de 2025, a empresa Vibra Agroindustrial S.A. anunciou a conclusão de acordo com a *Tanmiah Food Company*, o qual contempla investimento de US\$ 150 milhões na expansão da capacidade de produção da empresa saudita com uso de aves criadas localmente.

No setor de defesa, destacam-se, além da Avibrás, presente no mercado saudita há quatro décadas, a Mac Jee (produção de explosivos), a Companhia Brasileira de Cartuchos/Taurus (munições) e, mais recentemente, a Akaer, que estabeleceu parceria com o grupo de defesa saudita *Intra Defense Technologies* com vistas ao desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados (VANTs).

A Vale, por sua vez, assinou memorando de entendimento com o '*National Industrial Development Center*' (NIDC), em 2022, para realizar estudo de viabilidade com vistas à instalação de planta de beneficiamento e aglomeração de minério de ferro, com tecnologia de baixo carbono, na região da Província do Leste.

É de notar que, nos últimos três anos, o número de empresas brasileiras estabelecidas na Arábia Saudita mais que duplicou: Avibrás, Embraer, CBC/Taurus, Mac Jee e BTG Pactual (primeiro banco de investimentos latino-americano presente no Reino) mantêm atualmente escritórios de representação em Riade; a WEG, a InvestSP e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, com sede em São Paulo, também estão considerando a abertura de representações locais.

POLÍTICA INTERNA

A Arábia Saudita é um Estado monárquico unitário, fundado em 1932 pelo rei Abdulaziz Al Saud, que governou até 1953. A "Lei Básica de Governo", editada em 1992 por meio de decreto real, fornece as diretrizes básicas de organização do Estado e da sociedade. A Lei Básica atribui ao Corão o papel de Constituição, sendo o livro sagrado observado pelo Judiciário, quando aplicável.

Tradicionalmente, o rei é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de governo, acumulando o título de primeiro-ministro. O Conselho de Ministros, criado em 1953, exerce funções executivas e discute proposições legislativas. Os ministros são indicados pelo rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho.

O *Majlis Ash-Shura* (Conselho Consultivo) é órgão unicameral essencialmente consultivo, criado em 1992 e composto por 150 membros (dos quais 30 mulheres), todos indicados pelo rei dentre lideranças e expoentes do meio religioso, acadêmico, político e de negócios. O Conselho é presidido desde 2009 por Abdullah ibn Muhammad Al ash-Sheikh, Ministro da Justiça de 1992 a 2009 e membro da mais influente família religiosa do país. O Conselho Consultivo — cujas atribuições incluem a proposição de projetos de lei para a apreciação do rei e do Conselho de Ministros — configura o órgão mais próximo de um Poder Legislativo na Arábia Saudita.

O atual rei, Salman bin Abdulaziz Al Saud, foi coroado em 23 de janeiro de 2015, aos 79 anos de idade, após o falecimento do seu meio-irmão, Abdullah bin Abdulaziz Al Saud. Desde a morte do fundador, não houve mudança geracional na liderança do país: de 1953 até o presente, o trono tem sido ocupado sucessivamente, em linha horizontal, por filhos de Abdulaziz Al Saud. Três meses após ascender ao trono, Salman nomeou como príncipe herdeiro seu sobrinho Mohammed bin Nayef Al Saud, e, como vice-príncipe herdeiro, seu filho Mohammed bin Salman Al Saud. Foi a primeira vez que foram incluídos, na linha sucessória, netos de Abdulaziz Al Saud.

Em 21 de junho de 2017, Mohammed bin Nayef — que acumulava os cargos de primeiro vice-primeiro-ministro, Ministro do Interior e presidente do Conselho para Assuntos de Políticos e de Segurança — foi destituído, por decreto real, de suas funções. Mohammed bin Salman (MBS) foi nomeado príncipe herdeiro e tornou-se a principal liderança política do país, tomando a frente da condução do dia a dia das políticas interna, externa e econômica do país. Em setembro de 2022, MBS foi nomeado primeiro-ministro, tornando-se, formalmente, o chefe de governo da Arábia Saudita.

ECONOMIA

A Arábia Saudita é a maior economia do mundo árabe e a 19ª maior do mundo, com PIB de mais de US\$ 1,1 trilhão em 2024. É o único país árabe no G-20, grupo de maiores economias do mundo.

Detém a 2ª maior reserva de petróleo (17% do total mundial, cerca de 300 bilhões de barris), item do qual é o 2º maior produtor, atrás apenas dos Estados Unidos, e o maior exportador, com 20% das exportações mundiais.

A economia saudita é historicamente dependente do setor petrolífero. A contribuição total dos setores de petróleo e gás, incluindo refino de petróleo, responde por 75% das exportações do país e cerca de 55% das receitas fiscais, números que flutuam de acordo com o preço do petróleo.

Assim como ocorre com outros países do Golfo, os maiores mercados das exportações sauditas situam-se na Ásia, em razão da dependência desses países de importações de petróleo. Em 2024, os maiores destinos das exportações sauditas foram a China, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul.

A Arábia Saudita é importadora de produtos industriais e alimentícios. Em 2024, as maiores origens dessas importações foram a China, os Emirados Árabes Unidos, os Estados Unidos, a Alemanha e a Índia.

Em abril de 2016, foi anunciada a estratégia de desenvolvimento econômico saudita, o plano "Visão 2030". O projeto, liderado pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, congrega metas e políticas em setores diversos que visam à diminuição da dependência da exportação de hidrocarbonetos e incluem a privatização de amplos setores de atuação estatal, o aumento da atratividade do país para investidores estrangeiros e a dinamização de setores pouco explorados da economia, como mineração, indústria e entretenimento.

O governo tem anunciado, no contexto da estratégia “Visão 2030”, medidas para promover o equilíbrio das contas públicas, como a diminuição de subsídios vários e a criação de impostos.

Efetivamente, não havia no país, até janeiro de 2018, tributação de renda ou de consumo, quando entrou em vigor a cobrança de 5% sobre o valor agregado de bens e serviços (IVA), acordada no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Foram ainda, naquele ano, introduzidos impostos especiais de consumo de 50% a 100% sobre sobre tabaco, bebidas energéticas, gaseificadas e açucaradas. Em 2020, o IVA passou a ser cobrado na alíquota de 15%.

POLÍTICA EXTERNA

A Arábia Saudita possui posição central no mundo islâmico por ser a sede das mesquitas sagradas de Meca e de Medina. Como maior economia no mundo árabe, é também um ator incontornável no cenário político regional. Tradicionalmente, a política externa saudita volta-se para seu entorno e para o eixo Europa-EUA. Nos últimos anos, porém, nota-se tendência à diversificação regional das parcerias, incluindo países emergentes. Nesse cenário, o Brasil desponta como parceiro potencial relevante.

A aliança estratégica entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, forjada a bordo do navio *USS Quincy*, em 1945, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt e o rei fundador Abdulaziz Al-Saud, completou 80 anos de existência. Durante esse período, as relações bilaterais vivenciaram ciclos que transitaram entre maior aproximação, durante a primeira Guerra do Golfo, por exemplo, até momentos de distanciamento, como durante a crise do petróleo, em 1973, e os ataques ao World Trade Center, em 2001.

A Arábia Saudita tem adotado, em anos recentes, sobretudo desde a ascensão do rei Salman (2015) e do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (2017), postura mais assertiva de política externa, que difere do relativo isolacionismo que historicamente caracterizou a atuação externa do Reino.

A política exterior saudita tem como princípios, entre outros, a solidariedade islâmica e a defesa da unidade árabe. Como liderança natural do Islã e do Arabismo, o país transformou-se em importante doador assistencial. Nesse contexto se inserem a ajuda financeira prestada à Autoridade Nacional Palestina e a vários projetos em nações islâmicas, especialmente na África.

A Arábia Saudita vem ampliando sua força na política regional. A questão palestina é, para Riade, ponto focal da instabilidade do Oriente Médio. Em 1981, o Rei Fahd apresentou plano de paz, que, indiretamente, reconhecia o Estado de Israel e que constitui, até hoje, a base da política saudita em relação a Tel Aviv.

Em 2002, uma nova proposta de paz — “Iniciativa Árabe de Paz, Plano de Paz de Abdullah ou Terra pela Paz” — foi lançada por Riade e aprovada pela Liga Árabe. A iniciativa preconizava o reconhecimento de Israel e o conseqüente estabelecimento de relações diplomáticas normais por parte dos 22 países integrantes da Liga Árabe, em troca da retirada do exército israelense das áreas ocupadas desde 1967 e de uma solução para os refugiados palestinos.

Em duas reuniões de cúpula posteriores, os líderes dos países membros da Liga dos Estados Árabes voltaram a endossar formalmente a iniciativa: na reunião de 2007, em Riade, e na de 2017, em Amã. O plano teve apoio, ainda em 2002, da Autoridade Nacional Palestina.

Mais recentemente, a Arábia Saudita lançou, na mesma linha, em setembro de 2024, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a “Aliança Global para a Implementação da Solução de Dois Estados”, iniciativa da qual o Brasil tem participado regularmente.

COMUNIDADE BRASILEIRA NA ARÁBIA SAUDITA

Segundo dados oficiais do documento *Comunidades Brasileiras no Exterior*, publicado pelo MRE em 2023, a população de brasileiros residentes na Arábia Saudita é inferior a 700. Estima-se, com base no volume mensal mais recente de serviços consulares (registros, passaportes e atos notariais), que o tamanho da comunidade residente real/efetiva possa exceder 2.500 pessoas.

Boa parte desse excedente é constituído de brasileiros integrantes da diáspora levantina — com dupla cidadania libanesa, palestina e síria, em especial — que passaram a fixar residência na Arábia Saudita, em busca de postos de trabalho com melhor remuneração e maior segurança, sobretudo após a irrupção ou agravamento de conflitos civis e militares na região.

Não há registro de brasileiros hoje encarcerados na Arábia Saudita. É bastante reduzido o número de inadmissões e de repatriações efetivadas.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Arábia Saudita
CAPITAL	Riade
ÁREA	2.153.168 km ² (140% da área do Amazonas)
POPULAÇÃO	33,2 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (85% sunitas; 15% xiitas)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia
PODER LEGISLATIVO	Majlis Ash-Shura (Assembleia Consultiva) – parlamento unicameral essencialmente consultivo, composto por 150 membros indicados pelo rei para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mohammed bin Salman Al Saud (príncipe herdeiro)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Príncipe Faisal bin Farhan Al Saud
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US\$ 1,1 trilhão (est. 2024); US\$ 1,07 trilhão (2023); US\$ 1,1 trilhão (2022); US\$ 874 bilhões (2021).
PIB PER CAPITA (FMI)	US\$ 33.040 (2024)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-0,8% (2023); 7,5% (2022); 5,1% (2021).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,875 (2024); 40ª posição entre 188 países
EXPECTATIVA DE VIDA	77,9 anos (2022)
ALFABETIZAÇÃO	94,7% (2022)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	5,65% (2024)
UNIDADE MONETÁRIA	Riyal Saudita
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador Sérgio E. Bath
EMBAIXADOR DA ARÁBIA SAUDITA	Dr. Faisal bin Ibrahim Ghulan
BRASILEIROS NO PAÍS	700 – 2500

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ARÁBIA SAUDITA (US\$ MILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	672	894	1.567	- 221
2004	824	1.341	2.165	- 517
2005	1.203	1.339	2.543	- 135
2006	1.485	1.642	3.127	- 157
2007	1.478	1.708	3.186	- 230
2008	2.560	2.910	5.470	- 350
2009	1.952	1.597	3.550	355
2010	3.096	2.059	5.155	1.037
2011	3.476	3.093	6.569	383
2012	2.996	3.196	6.192	- 200
2013	2.836	3.194	6.030	- 358
2014	2.540	3.299	5.839	- 759
2015	2.750	1.906	4.656	844
2016	2.487	1.300	3.787	1.187
2017	2.657	1.882	4.539	774
2018	2.100	2.318	4.418	- 218
2019	2.036	2.299	4.332	- 263
2020	1.886	1.527	3.414	359
2021	2.070	2.880	4.951	- 810
2022	2.924	5.297	8.222	- 2.732
2023	3.203	3.531	6.735	- 328
2024	3.114 (-2,8%)	3.059 (-13,4%)	6.173 (-8,3%)	55,3

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br>

Principais produtos exportados pelo Brasil (2024): açúcar (28%), carne de aves, (26%), milho (11%), carne bovina (8,1%), tubos e perfis de aço (3,7%).

Principais produtos importados (2024): óleos brutos de petróleo (63%); adubos e fertilizantes (16%); outras matérias plásticas (7,3%), óleos combustíveis (4,7%).

ACORDOS FIRMADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	2/4/1975	5/5/1976 (Substituído pelo Acordo Geral de Cooperação)	2/6/1976
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	13/8/1981	15/9/1987	3/6/1985
Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar	9/10/1984	9/10/1984	22/10/1984
Acordo Geral de Cooperação	16/5/2009	22/9/2010	3/6/2011
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	16/5/2009	16/5/2009	2/6/2009
Programa de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto de Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita	14/4/2015	14/4/2015	30/4/2015
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/4/2015	26/2/2021	1/3/2021
Acordo sobre Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países	30/10/2019		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural entre o Ministério da Cultura do Reino da Arábia Saudita e o Ministério da Cidadania da República Federativa do Brasil	30/10/2019		
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Autoridade Geral de Indústrias Militares do Reino da Arábia Saudita sobre Parceria	30/10/2019		

Relacionada a Aquisições, Indústria, Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Defesa			
Programa de Cooperação entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL) e a Autoridade Saudita de Investimentos (SAGIA) para Fortalecer as Relações de Investimentos Bilaterais	30/10/2019		
Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o Fundo Saudita de Desenvolvimento	30/10/2019		
Acordo de Cooperação em Defesa entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa do Reino da Arábia Saudita	3/6/2024		
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Conselho de Coordenação Brasileiro-Saudita	19/11/2024		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

IÊMEN



INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

Fevereiro de 2025

PERFIS BIOGRÁFICOS

RASHAD MUHAMMAD AL-ALIMI, PRESIDENTE DO CONSELHO DE LIDERANÇA PRESIDENCIAL



Nasceu em 1954. Formou-se em ciências militares pelo Kuwait Police College em 1975 e obteve diploma em artes pela Universidade de Sanaa em 1977. Concluiu mestrado e doutorado em sociologia na Universidade Ain Shams, no Egito (1984-1988). Filiado ao Congresso Geral do Povo, ocupou o cargo de Ministro do Interior (2001-2008) e tornou-se, em 2008, presidente do Comitê Supremo de Segurança e vice-primeiro-ministro para Assuntos de Defesa e Segurança. Participou da Conferência Nacional de Diálogo do Iêmen e tornou-se, em 2014, conselheiro do presidente Abdrabbuh Mansur Hadi. Em 7 de abril de 2022, assumiu a presidência do Conselho de Liderança Presidencial do Iêmen, órgão que recebeu os poderes presidenciais por decreto de Hadi e que representa o governo internacionalmente

reconhecido do país.

AHMAD AWAD BIN MUBARAK, PRIMEIRO-MINISTRO



Nasceu em 1968. Formou-se em administração de empresas e obteve doutorado na área pela Universidade de Bagdá. Professor na Universidade de Sanaa, dirigiu o Centro de Administração de Empresas, uma parceria entre a instituição e a *Maastricht School of Management*. Atuou como consultor em projetos internacionais voltados à educação, emprego e desenvolvimento, além de colaborar com organizações públicas e privadas em vários países. No campo político, foi secretário-geral da Conferência de Diálogo Nacional do Iêmen em 2013 e, posteriormente, diretor do gabinete presidencial. Em 2014, chegou a ser nomeado primeiro-ministro, mas renunciou ao cargo dias depois. No governo, ocupou as funções de embaixador do Iêmen nos Estados Unidos a partir de 2015 e de 2018 de representante junto à ONU. Em 5 de fevereiro de 2024, foi nomeado primeiro-ministro do Iêmen pelo Conselho de Liderança Presidencial, posição que ocupa atualmente.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen (RAI), ou Iêmen do Norte, assim como com a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI), ou Iêmen do Sul, em 1984. A representação brasileira em Sanaa, capital da RAI, era cumulativa com a embaixada do Brasil em Riade. Por sua vez, a representação brasileira em Áden, capital da RDPI, era cumulativa com a embaixada do Brasil no Kuwait. Com a unificação do Iêmen, em 1990, a embaixada em Riade tornou-se responsável pela representação brasileira naquele país.

O Brasil e o Iêmen mantiveram, nas últimas décadas, baixa intensidade de diálogo político e cultural, dificultado, a partir de setembro de 2014, pela irrupção da guerra civil iemenita. Não há registros de visitas oficiais de altas autoridades entre os países, embora tenham estado no Brasil, em duas ocasiões, ministros da Água e do Meio Ambiente do Iêmen. Em 2006, Abdul Rahman Al-Eryani participou, em Curitiba, da Conferência sobre Diversidade Biológica e, em 2012, Abdou Razaz Saleh chefiou a delegação iemenita na Conferência Rio +20.

Em maio de 2012, o Brasil passou a integrar o mecanismo "Amigos do Iêmen", com cerca de 50 países, destinado a angariar apoio internacional para enfrentamento dos múltiplos desafios nos setores econômico, político, financeiro e de segurança daquele país. Participou das reuniões de maio e de setembro de 2012, de março e de setembro de 2013 e de abril de 2014.

Em agosto 2014, foi assinado, em Brasília, o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Iêmen, único ato internacional celebrado entre ambos os países, o qual aguarda ratificação da parte iemenita.

No campo do comércio, a despeito da reduzida dimensão econômica do Iêmen e do prolongado conflito civil ainda em curso naquele país, é expressivo o volume de intercâmbio com o Brasil, equivalente a US\$ 458 milhões em 2024, composto, em quase sua totalidade, de exportações brasileiras de produtos primários, sobretudo açúcares e melão (60%) e carnes de aves (33%), complementados por vendas de milho (3,6%) e demais produtos da indústria de transformação (3,6%). Nesse mesmo ano, as importações brasileiras corresponderam a US\$ 41 mil. Esse nível de comércio assemelha-se ao verificado antes da irrupção da guerra civil naquele país.

Em setembro de 2024, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, manteve reunião com o Vice-presidente do Iêmen, Aidarous Qassem Abdulaziz Al-Zubaidi, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, foi ressaltada a disposição brasileira para auxiliar nos esforços de paz para pôr fim à guerra civil.

A esse último respeito, o Brasil apoia acordo de cessar-fogo que conduza a processo político abrangente, sob auspícios da ONU, com inclusão de facções iemenitas relevantes. Também defende a eliminação dos entraves à prestação de ajuda humanitária, inclusive às atividades de desminagem.

POLÍTICA INTERNA

A República do Iêmen foi criada a partir da unificação, em maio de 1990, entre a República Árabe do Iêmen (RAI – no Norte, com capital em Sanaa) e a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI – no Sul, com capital em Áden).

O novo Iêmen unificado seria, nos termos da constituição de 1991, um Estado democrático unitário, com capital em Sanaa. Com a nova formação republicana, surge regime democrático representativo

de modelo francês, multipartidário, porém fortemente centrado na figura do presidente da República. Ali Abdullah Saleh, presidente da RAI, tornou-se o primeiro presidente da República do Iêmen.

Além dos partidos únicos que governavam em Sanaa e Áden — o Congresso Geral do Povo, partido de Saleh, e o Partido Socialista do Iêmen —, foram criados novos partidos. Dentre esses, ressalta o Al Islah, que possui fortes ligações com a Irmandade Muçulmana e defende agenda associada ao islã político. Apesar de, inicialmente, contar com apoio da Arábia Saudita, o partido foi declarado organização terrorista pelo governo saudita, no contexto da deterioração das relações do Reino com a Irmandade Muçulmana.

O acúmulo de poderes na figura de Saleh e o aumento da centralização estatal acirraram as tensões entre grupos políticos herdeiros dos governos do Norte e do Sul, culminando em guerra civil, em que representantes do Sul buscavam secessão. Além do movimento sulista, destacavam-se, como fonte de resistência ao poder de Saleh, o movimento zaidista, ramo do xiismo, predominantemente do Norte do país. Saleh seria, entretanto, confirmado na liderança do país em 1999, tornando-se o primeiro presidente eleito da república do Iêmen. Em 2006, com o boicote da oposição às eleições, Saleh seria reeleito com 96% dos votos.

A atual guerra civil no Iêmen irrompeu na esteira da Revolução Tunisiana e em simultaneidade com outras revoltas, que constituíram, coletivamente, a Primavera Árabe, fenômeno social que teve lugar, a partir de 2011, no Oriente Médio e no Norte da África. Em sua fase inicial, os protestos no Iêmen foram direcionados contra o desemprego, as condições econômicas e a corrupção, bem como contra proposta governamental de alteração constitucional, destinada a permitir a extensão ilimitada do mandato presidencial. As demandas dos manifestantes logo escalaram para pedidos de renúncia do presidente Ali Abdullah Saleh. Subsequentes defecções em massa nas Forças Armadas e no governo de Saleh deixaram grande parte do país fora do controle governamental.

Seguiram-se diversas manifestações de grande escala em cidades como Sanaa, Áden, Taiz e Mukallah. Os manifestantes exigiam a saída de Saleh e a derrubada do governo. A repressão dos protestos resultou em espiral de violência, que levou a crescente número de mortes.

Como tentativa de solucionar a crise, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) mediou acordo de transição, o qual, contudo, foi renegado por Saleh. A subsequente adesão de líderes tribais à causa da oposição ao governo acarretou o recrudescimento do conflito e da violência. Em 3 de junho de 2011, Saleh foi ferido em bombardeio realizado no complexo presidencial. No dia seguinte, o vice-presidente Abdrabbuh Mansur Hadi assumiu o exercício temporário da presidência, enquanto Saleh viajou para a Arábia Saudita a fim de receber tratamento médico.

Em fevereiro de 2012, foi realizada eleição presidencial na qual Hadi concorreu sem oposição e obteve vitória. Em 27 de fevereiro, após meses de protestos, Saleh renunciou à presidência e transferiu formalmente o poder para seu sucessor, marcando o fim de seus 33 anos de governo. Como parte do acordo, Hadi supervisionaria a elaboração de uma nova constituição e serviria apenas por dois anos, até que novas eleições parlamentares e presidenciais fossem realizadas em 2014.

No período subsequente, Saleh aliou-se aos houthis, minoritários no Iêmen e originários de Saada, no extremo norte do país. Em conjunto, atacaram o governo de Hadi e iniciaram nova guerra civil. Em setembro de 2014, conquistaram Sana'a e a cidade portuária de Hodeida. Em janeiro de 2015, forçaram a renúncia de Hadi, o qual, dias depois, restabeleceu seu governo na cidade portuária de Áden, no Sul do país. A cidade, no entanto, foi atacada pelos houthis, impelindo Hadi a fugir para a Arábia Saudita.

Irrompeu, nesse contexto, conflito entre os houthis — majoritariamente xiitas e autodenominados Ansar Allah (“partidários de Deus”) — e o governo iemenita — controlado pela maioria sunita do país, internamente apoiado pelo Islah (partido sunita e próximo da Irmandade Muçulmana) e pelo General People’s Congress (GPC, antigo grupo político do ex-presidente Saleh).

A pedido do governo iemenita, a Arábia Saudita anunciou, em março de 2015, a formação de coalizão internacional para restaurar, por meio de operações militares, sobretudo aéreas, o controle do governo sobre o território do país. Dessa coalizão, participaram os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Bahrein, o Kuwait, o Catar (2015-2017), o Egito, a Jordânia, o Sudão (2015-2019), o Marrocos (2015-2019) e o Senegal.

Em dezembro de 2017, Saleh rompe sua aliança com os houthis e declara interesse em negociar com os sauditas e o governo Hadi. Dois dias depois, é assassinado pelos houthis. As tropas leais a Saleh passam a ser lideradas pelo seu sobrinho, Tareq Saleh. A partir de 2018, as milícias houthis logram controlar virtualmente a totalidade do antigo Iêmen do Norte, que concentra mais de 70% da população do país. .

Desde 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem-se envolvido no conflito interno do país. A resolução 2216 (2015) reconheceu nominalmente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi como presidente e expandiu o regime de sanções para incluir embargo de armas contra o movimento rebelde “Ansar Allah” — os denominados houthis — e seus aliados. Esse embargo, desde 2016, é implementado pelo Mecanismo de Verificação e Inspeção das Nações Unidas para o Iêmen (UNVIM).

Em dezembro de 2018, sob o patrocínio da ONU, o governo Hadi e as milícias houthis assinaram o Acordo de Estocolmo, que evitou uma batalha por Hodeida e previu a administração conjunta da segurança e das rendas do porto. A Resolução 2452 estabeleceu a Missão das Nações Unidas para apoio ao Acordo de Hodeida (UNMHA), com o propósito de supervisionar o Acordo de Estocolmo.

Nesse ínterim, em 2017, é criado o Conselho de Transição do Sul (STC), que objetiva a restauração da independência do Iêmen do Sul. Em janeiro de 2018, o STC conquista Áden. Em 2019, Arábia Saudita e EAU patrocinam o Acordo de Riade, que prevê o compartilhamento de poder entre o governo Hadi e o STC, sem grandes efeitos.

A ONU tem alcançado limitada efetividade em suas iniciativas de pacificação do conflito. Já foram enviados três representantes especiais para o país: Ismail Ould Cheikh Ahmed, Martin Griffiths e Hans Grundberg. Em abril de 2022, Grundberg anunciou trégua entre os houthis e a coalizão saudita, que teria, inicialmente, a duração de dois meses, mas que foi estendida sucessivamente até outubro de 2022. Nessa conjuntura, Hadi deixou a presidência e transferiu o governo do Iêmen para o Conselho de Liderança Presidencial (CLP), constituído por oito membros e com representação paritária entre o norte e o sul. Em outubro de 2022, as demandas das milícias houthis levaram ao fracasso de uma nova extensão da trégua.

Estima-se que mais de 20,7 milhões de iemenitas (68% da população) necessitem de ajuda humanitária. O conflito já provocou o deslocamento de cerca de 4,5 milhões de pessoas. Insegurança alimentar, fome e epidemias de cólera e de outras doenças, combinadas com a violência gerada pelo conflito, já resultaram na morte de mais de 370 mil pessoas.

Desde fim de 2022, a Arábia Saudita iniciou negociações diretas com os houthis com o objetivo de encerrar o conflito. Em março de 2023, negociadores sauditas reuniram-se com suas contrapartes houthis em Sanaa, sob mediação do Omã.

No dossiê iemenita, o Brasil apoia acordo de cessar-fogo que conduza a processo político abrangente, sob os auspícios da ONU, com a inclusão de facções iemenitas relevantes. Também defende a eliminação dos entraves à prestação de ajuda humanitária, inclusive às atividades de desminagem. Apoiou a resolução 2675 (2023), que renovou por nove meses o regime de sanções contra o Iêmen (embargo de armas limitado contra os houthis e outras milícias). Apoiou também a resolução 2691 (2023), que renovou até 14/7/2024 o mandato da Missão das Nações Unidas para apoiar o Acordo de Hodeidah (UNMHA), a qual conta com um observador militar brasileiro.

Hoje, os rebeldes houthis controlam a capital do país, cerca de 70% da população e a quase totalidade do antigo território do “Iêmen do Norte”.

Somam-se ao conflito com os houthis divisões internas entre as facções que conformam o governo de direito do Iêmen. As principais tensões são entre grupos do Norte do país e o Conselho de Transição do Sul.

A guerra de Israel em Gaza e os ataques dos houthis a Israel trouxeram nova dimensão ao conflito iemenita, ameaçando a frágil trégua entre as partes. Ademais dos ataques diretos a Israel, os houthis realizaram mais de uma centena de ataques a embarcações mercantes e comerciais no estreito de Bab Al Mandeb, canal de cerca de 200 km de largura que liga o Golfo de Áden ao Mar Vermelho.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a política externa iemenita concentra-se, majoritariamente, no relacionamento com a Arábia Saudita — o país tem fronteira apenas com a Arábia Saudita e Omã — e com os Estados Unidos. Com o início dos protestos no contexto da “primavera árabe” e com a irrupção do atual conflito civil, a política exterior do país torna-se mais complexa, registrando acusações de interferência em assuntos internos de outras potências regionais.

A Arábia Saudita mantém, em razão da proximidade territorial, grande interesse no conflito do Iêmen. No contexto da primavera árabe, Riade liderou iniciativa, no âmbito do CCG, para a transição política no Iêmen, levando à ascensão de Abdo Rabbu Mansour al Hadi. Exaustão com o longo conflito parece ter levado a reposicionamento saudita, que, desde o fim de 2022, busca negociações diretas com os houthis para resolução do conflito.

Outros países do entorno, como o Kuwait e Omã, adotam postura mais discreta em relação ao conflito, empreendendo esforços de mediação. O Kuwait tem reiterado posição de que a solução para o conflito seria de natureza política, e não militar. Entre abril e agosto de 2016, o país sediou rodada de negociações entre os rebeldes houthis e o governo Hadi, mediada pelo então enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas (EESG), Ismail Ould Cheikh Ahmed. As negociações fracassaram, com as partes acusando-se mutuamente de intransigência e violações das promessas de cessação de hostilidades.

País fronteiro ao Iêmen, Omã pauta sua atuação pelo princípio da não interferência. Sua neutralidade lhe permitiria facilitar contatos entre os grupos em disputa. Nesse contexto, atuou para liberação de reféns capturados em território iemenita. Mediou, ainda, em março de 2023, encontro de negociadores sauditas e houthis em Sanaa.

O CSNU renovou, por sua vez, sucessivas vezes, o regime de sanções relativo ao Iêmen.

O conflito em Gaza e os ataques dos houthis a Israel, em julho de 2024, trouxeram nova dimensão ao conflito iemenita, ameaçando a frágil trégua entre as partes. Como resposta, a Força Aérea de

Israel bombardeou, em julho de 2024, o porto iemenita de Hodeida, principal centro logístico controlado pelos houthis. Em dezembro de 2024, Israel bombardeou o aeroporto de Sana'a e diversas instalações de infraestrutura de energia e depósitos de armamentos no Iêmen.

Ademais dos ataques diretos a Israel, os houthis realizaram mais de uma centena de ataques a embarcações mercantes e comerciais no estreito de Bab Al Mandeb, canal de cerca de 200 km de largura que liga o Golfo de Áden ao Mar Vermelho.

Navios das marinhas norte-americana, britânica e francesa passaram a engajar-se na derrubada de *drones* ou mísseis lançados pelos houthis contra navios mercantes.

Em dezembro de 2023, os EUA anunciaram a formação de coalizão naval internacional para buscar criar corredor seguro para os navios cargueiros que passam pelo estreito. O Bahrein é o único país da região a participar da operação, chamada Guardiã da Prosperidade. A partir de janeiro de 2024, os EUA e o Reino Unido passaram a lançar ataques contra alvos das milícias houthis no Iêmen, com apoio da Austrália, do Bahrein, do Canadá e dos Países Baixos.

ECONOMIA

O Iêmen distingue-se, com sua baixa renda, do entorno regional, dominado por países detentores de grandes reservas de hidrocarbonetos. Mesmo antes da eclosão do atual conflito, era inquietante a situação econômica da única república da Península Arábica, com problemas relacionados à baixa integração do território nacional e à limitada capacidade administrativa, altos índices de inflação e desemprego.

A agricultura e a exploração do petróleo são, tradicionalmente, os principais setores econômicos do Iêmen, responsáveis por sustentar, respectivamente, os setores interno e externo da economia do país. Apesar das reservas de petróleo relativamente pequenas em relação à região, as exportações de óleos brutos de petróleo correspondiam, em 2014, a 70% do total de produtos exportados. Mesmo antes do início do atual conflito, a produção iemenita de petróleo estava em diminuição, correspondendo a 125 mil bpd em 2014, consideravelmente abaixo do número de 439 mil bpd obtido no início da década de 2000.

A eclosão e o prolongamento do conflito causaram, entretanto, severos danos à infraestrutura de extração e de transporte de petróleo no país, de forma que o setor de petróleo perdeu preeminência na economia do país. Em face da destruturação de outros setores econômicos em decorrência do prolongamento do conflito, a agricultura de subsistência torna-se, novamente, a principal atividade econômica do Iêmen.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Comunicado sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Iêmen.	7/5/1984	Em vigor	7/5/1984
Acordo de Cooperação Técnica	6/8/2014	Em ratificação pela outra Parte	Decreto legislativo 4/2023, de 16/3/2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Iêmen
CAPITAL	Sanaa
ÁREA	527.968 km²
POPULAÇÃO	34,8 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (sunitas 55-70%, xiitas zaiditas 30-45%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista (modelo francês)
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO	Rashad al Alimi (Presente do Conselho de Liderança Presidencial desde abril de 2022)
CHEFE DE GOVERNO	Ahmed Awad Bin Mubarak, primeiro-ministro
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ahmed Awad Bin Mubarak
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US\$ 16,1 bilhões (est. 2024)
PIB PER CAPITA (FMI)	US\$ 4,6 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-1,0 (est. 2024); -2,0 (est. 2023); 1,5 (2022); -1,0 (2021).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,42 (2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	63,7 anos
ALFABETIZAÇÃO	70,1% (2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	17,22%
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iemenita
EMBAIXADOR DO BRASIL	Sérgio Eugênio de Risios Bath
EMBAIXADOR DO IÊMEN	Sr. Mohammed Al-Hadrami, não residente, sediado em Havana
BRASILEIROS NO PAÍS	5 (estimativa)

ANEXO II - INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-IÊM MEM
(US\$ MILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	105.4	0.0	105.4	105.4
2004	117.8	0.0	117.8	117.8
2005	179.7	0.0	179.7	179.6
2006	279.0	0.0	279.0	279.0
2007	161.9	0.0	161.9	161.9
2008	214.0	0.8	214.8	213.2
2009	321.3	0.1	321.4	321.2
2010	387.4	0.0	387.4	387.4
2011	586.5	0.0	586.5	586.5
2012	425.6	0.4	426.0	425.1
2013	239.2	0.0	239.2	239.2
2014	126.5	0.0	126.5	126.5
2015	214.3	0.3	214.6	214.1
2016	384.4	0.1	384.5	384.2
2017	297.4	0.0	297.4	297.4
2018	250.8	0.1	250.9	250.7
2019	204.8	0.0	204.8	204.8
2020	364.5	0.0	364.5	364.5
2021	269.5	0.0	269.5	269.5
2022	327.8	0.0	327.8	327.8
2023	608.4	0.0	608.4	608.4
2024	458.6	0.05	458.6	458.6

Principais produtos exportados pelo Brasil (2024): açúcares e melão (60%), carnes de aves (33%), milho (3,6%) e demais produtos da indústria de transformação (3,6%).

Principais produtos importados (2024): vidraria (96%) e demais produtos da indústria de transformação (3,5%).